Pagar ou não a dívida, questão de símbolos e sinais

- 8 MAI 1984

Alkimar R. Moura (*)

Em artigo recente neste jornal (Gazeta Mercantil de 16.4.84), o professor Luiz Roberto S. Candiota propõe uma saída original para a questão da dívida externa brasileira: o País deve prometer a seus credores externos não pagar sua dívida. Partindo da idéia correta de que a dívida de uma nação não pode ser tratada da mesma forma que a dívida de um indivíduo ou de uma pequena ou média empresa, conclui o citado psicanalista que, identicamente ao sistema bancário nacional, o sistema financeiro internacional opera na pressuposição de que seus grandes devedores jamais liquidem seus empréstimos. Se estes resolverem, em conjunto e simultaneamente, resgatar suas obrigações junto aos bancos, o resultado seria apenas a diminuição do tamanho dos bancos, pois à diminuição dos ativos das instituições corresponderia uma redução paralela nas obrigações por depósitos. Em conseqüência, o sistema financeiro tenderia a encolher, se novos tomadores de empréstimos não substituírem os antigos.

Assim, em condições normais, os banqueiros também não esperam receber o principal de seus empréstimos a países soberanos. De fato, as dívidas externas existem não para serem pagas, mas para serem roladas. Daí não decorre, necessariamente, como quer o professor Candiota, que o devedor deverá anunciar aos quatro ventos sua intenção de não cumprir seus compromissos externos. Isto é um convite à retaliação. Não se espera que o País pague suas dívidas, mas que ele dê sinais consistentes à comunidade financeira internacional de que está disposto a pagá-las. O importante não é o efetivo pagamento das obrigações, mas os sinais transmitidos pelo país aos banqueiros internacionais sobre a sua expectativa de poder cumprir seus compromissos externos. E estes sinais vão desde o pagamento dos juros nos prazos contratuais até as mudanças na política econômica interna, indicativos de ajustamento externo. As experiências brasileiras de 1980 e 1982/83 bem ilustram este fato.

Em 1979 e 1980, em face de condições econômicas internacionais profundamente adversas, o País colocou em prática uma política surrealista de expansão econômica que se acabou transformando em um desastre monumental. Através desta política, o Brasil transmitiu sinais errados à comunidade financeira internacional, pois ela significava, na prática, maior desequilíbrio cambial e maior endividamento externo. Não bastando os erros de política econômica, a retórica das autoridades governamentais caminhou no mesmo sentido, a ponto de os banqueiros internacionais serem chamados de covardes, por não acreditarem nas feitiçarias de milagreiros caboclos. O resultado deste experimento é por demais conhecido: por pressão dos credores, a política econômica sofreu uma mudança radical, instalando-se, a partir daí, a pior recessão da história econômica brasileira. É interessante observar que a retomada dos fluxos de créditos externos para o Brasil se deu bem antes de ocorrerem mudanças efetivas nos indicadores econômicos, demonstrando, portanto, que os banqueiros reagiram prontamente aos sinais de mudanças, antes que estas se tenham traduzido em resultados mensuráveis, como melhora na balança comercial, queda da inflação e desaceleração na atividade econômica.

Em 1982 e 1983, observou-se idêntica situação, causada então pela moratória mexicana, determinando um estancamento absoluto na oferta de empréstimos para os países endividados da América Latina. Novamente, a reação das autoridades econômicas brasileiras foi ambígua. Para o público externo, o País posou de devedor responsável, capaz de implementar um programa voluntário de ajustamento. Para o público interno, cidadãos de segunda categoria, em vésperas de eleições gerais e diretas, procurou-se minimizar os efeitos da moratória mexicana, adiando-se também, para depois de novembro, decisões impopulares, tornadas inadiáveis, em face da deterioração nas condições de crédito para a América Latina. De novo, os banqueiros internacionais não se comoveram com os velhos truques e a retomada de empréstimos não ocorreu. Como se sabe, o País só se livrou de uma inadimplência aberta mediante um pacote montado às pressas pelas instituições financeiras internacionais, bancos centrais, grandes bancos comerciais e governos de países ricos. Como resultado destes novos sinais errados, os banqueiros brindaram-nos com as missões do FMI e todo seu receituário de medidas inadequadas obsoletas de ajustamento.

Por isso tudo, estamos agora de fato sendo obrigados a promover uma transferência real de recursos econômicos de um país pobre para os credores ricos, ou seja, pagando uma dívida que não tem condições de ser paga, exatamente o contrário do que prega o professor Candiota.

Conclui-se pois que símbolos e sinais são importantes em certo ramo da psicanálise e também na economia, na política e nas finanças internacionais, principalmente agora que se pretende politizar a questão da dívida externa da América Latina. Não apenas nossos tecnocratas revelaram incompetência na gestão econômica da dívida mas também demonstraram incapacidade maior ainda na manipulação de sinais.

(*) Professor da FGV (SP) e diretor da Banespa Corretora.